

A.I. N.º - 206935.0026/04-0
AUTUADO - JAILTON CONCEIÇÃO DA SILVA
AUTUANTE - UBALDO REIS RIBEIRO
ORIGEM - INFAZ ITABUNA
INTERNET - 22/11/05

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0139-05/05

EMENTA: ICMS. 1. LIVROS FISCAIS. REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS E TERMO DE OCORRÊNCIA. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. MULTA. Como o autuado estava inscrito na condição de microempresa, não estava obrigado a escriturar o livro em questão. Infração insubsistente. **2. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO.** A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. No entanto, ao ser efetuada a adequação da exigência fiscal às normas pertinentes ao SIMBAHIA, vigentes à época da ocorrência dos fatos, ficou constatado que o contribuinte continuou enquadrado na mesma faixa, não havendo, portanto, diferença a recolher. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 16/04/04, exige ICMS no valor de R\$1.031,29, acrescido da multa de 70%, além da multa de R\$460,00 por descumprimento de obrigação acessória, imputando ao autuado as seguintes irregularidades:

- 1 – Falta de escrituração do livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrência – R\$ 460,00;
- 2 – “Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas” - R\$1.031,29.

O autuado apresenta impugnação à fl.47, dizendo que no período fiscalizado era optante do regime simplificado de apuração do imposto – SIMBAHIA. Entende que nessas circunstâncias não deve ser exigido o imposto na forma como foi apurado. Alega também que estava isento de escrituração de livros fiscais e que, dessa forma, não cabe a multa pela falta de escrituração do livro RUDFTO. Ao final, dizendo que pediu baixa de sua inscrição na Inspetoria de Valença, pede o cancelamento do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fl.52), diz que o autuado está na condição de normal e que, dessa forma, está obrigado a escriturar o livro RUDFTO. Quanto à segunda infração, aduz que as notas fiscais acostadas ao processo comprovam a irregularidade cometida pelo autuado. Acrescenta que mesmo que o contribuinte estivesse inscrito na condição de microempresa seria

imprescindível a presença dos referidos documentos fiscais na sua DME, para fins de enquadramento de faixa de recolhimento. Ao final, dizendo que o fato do autuado ter pedido baixa de sua inscrição não elide as infrações apuradas, mantém a autuação.

O processo foi convertido em diligência pelo primeiro relator deste PAF (fl.57), tendo em vista que o autuado, no período da autuação, estava inscrito na condição de microempresa, para que fiscal estranho ao feito efetuasse a apuração do imposto devido, com base no regime simplificado de apuração do imposto (art.386-A, do RICMS/97).

A fiscal diligente atendendo a solicitação supra, através do Parecer ASTEC nº 0095/2005 (fls.60/62) assim se pronunciou:

Conforme solicitado pelo Sr. Relator, intimamos o autuado a apresentar os documentos necessários para realização da diligência, conforme documento à fl.62, porém até a presente data não fomos atendido.

Por esta razão realizamos os trabalhos utilizando os documentos anexos ao PAF e informações colhidas através das DMEs e cadastro registrados no sistema INC desta Secretaria, anexados às fls.63/67;

De acordo com o Histórico de Condição, fl. , no período fiscalizado (1999/2000), a autuada estava inscrita na condição de Microempresa. Por esta razão estava desobrigada a escriturar o livro Registro de Entradas. No entanto, a acusação da infração 02 baseou-se na falta de escrituração, na escrita fiscal, de notas fiscais coletadas através do CFFAMT;

Partindo do pressuposto que as notas fiscais em questão não foram informadas nas DMEs, adicionamos os valores dos documentos fiscais em questão relacionados à fl 09 ao valor das saídas informadas nas DMEs, conforme abaixo demonstrado:

Exercício	DME R\$	N. FiscaisCFAMT	Total R\$
1999	19.780,96	5.249,56	25.030,52
2000	4.798,22	2.238,04	7.036,26

Dessa forma, apuramos o imposto devido com base no regime SIMBAHIA, microempresa , de acordo com o previsto no art.386-A, verificando que a empresa ficou enquadrada na faixa I do citado artigo e o imposto devido estabelecido em R\$25,00, não ultrapassando a faixa em que estava enquadrada, conforme a seguir demonstrado:

Data	Compras	20%Compras	Receita	Receita	ICMS
	Acumuladas R\$	Acumulada R\$	Total R\$	Ajustada R\$	a recolher R\$
01/01 a 31/12/99	19.702,62	3.940,52	18.620,87	14.680,35	25,00
01/01 a 30/06/00	7196,81	1.439,36	7.036,26	5.596,90	25,00

Ao final, apresentou a seguinte conclusão:

Apesar de ter sido intimado, o autuado não apresentou os documentos solicitados. Por esta razão realizamos à diligência utilizando os documentos anexados ao PAF e informações contidas nas DMES extraídas do sistema INC desta Secretaria.

Assim sendo, adicionado os valores das notas fiscais não registradas às receitas declaradas nas DMEs e recalculando o imposto devido de acordo com o regime SIMBAHIA, constatamos que a empresa continuou enquadrada na faixa I prevista no art.386-A do RICMS/89, não apurando diferença a recolher.

O autuado foi intimado (fls.70/71) para tomar ciência da diligência efetuada, porém não se manifestou a respeito.

VOTO

Inicialmente devo registrar, que ficou comprovado nos autos que no período objeto da autuação o autuado se encontrava inscrito na condição de microempresa.

Dessa forma, descabe a multa exigida na primeira infração, uma vez que de acordo com o que dispõe o art.408-C, VI, do RICMS/97, o autuado não estava obrigado a escriturar o livro em questão (RUDFTO).

Quanto à segunda infração, que trata da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas, como o autuante também não havia observado a condição de microempresa do autuado, o processo foi convertido em diligência à fiscal estranho ao feito para que o imposto, porventura devido, fosse calculado com base no regime simplificado de apuração do imposto (art.386-A, do RICMS/97).

A fiscal diligente, cumprindo a solicitação, ao adicionar os valores das notas fiscais não registradas às receitas declaradas nas DME's do autuado, recalculando o imposto devido de acordo com o regime SIMBAHIA, constatou que a empresa continuou enquadrada na faixa I prevista no art.386-A do RICMS/97, não havendo diferença a recolher, com o que concordo.

Diante de tudo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 206935.0026/04-0**, lavrado contra **JAILTON CONCEIÇÃO DA SILVA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de novembro de 2005.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - JULGADOR